



Prefeitura Municipal de
**FORMOSO
DO ARAGUAIA**

Tempo novo, compromisso com o povo.

Adm: 2023/2024

APROVADO
Na Sessão do dia: 04 / 03 / 2021
[Assinatura]
Presidente

PROJETO DE LEI Nº. 005, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021.

PROTOCOLO
Nº 92 de 26 / 02 / 21
às: 08:36 hrs.
[Assinatura]
Funcionário(a)

"Dispõe sobre a Reestruturação Administrativa da Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais;

Faço saber que a Câmara Municipal de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins, aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, através da Prefeitura Municipal, terá por missão administrar com organização, transparência e eficiência os interesses da comunidade, em conformidade com a legislação vigente, visando proporcionar bem-estar e qualidade de vida para a população com igualdade e dignidade.

Art. 2º. O Poder Executivo será exercido pelo Prefeito Municipal e a execução das atividades da Administração Pública Municipal será descentralizada e se dará por meio das Secretarias Municipais, Fundos e demais órgãos e entidades públicas municipais, os quais exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar, com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Municipal.

§ 1º. Os Fundos Municipais têm como objetivos principais captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços das respectivas secretarias.

§ 2º. Os Conselhos Municipais têm como objetivo principal o controle social, e como função formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais.

Art. 59. Ficam extintos os cargos e todas as estruturas não especificadas nesta legislação.

Art. 60. Fica o município obrigado no prazo de 90 (noventa dias), instituir por lei própria a criação, estruturação e organização dos Conselhos e Fundos Municipais especificados nesta Lei e que não tenham regulamentação existente.

Art. 61. As despesas com gastos de pessoal decorrentes da presente Lei deverão observar as regras instituídas na Lei Complementar 173, de 28 de maio de 2020, ficando vedado o aumento de despesas com gastos de pessoal em percentual superior ao apurado no mês de maio de 2020, em todos os casos, respeitado os limites impostos pela Lei Complementar 101/2000.

Art. 62. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 01 de fevereiro de 2021 e revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins, aos 27 dias do mês de janeiro de 2.021.


HENO RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

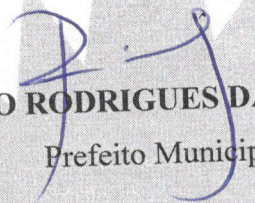
ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI Nº. 005/2021

RELAÇÃO DE CARGOS, QUANTITATIVOS SIMBOLOGIAS E VENCIMENTOS

CARGO	SIMBOLOGIA	VALOR	QUANT.	V. TOTAL
Secretários Municipais		Lei Própria	11	Lei Própria
Assessor Especial Superior I	DAS-08	R\$ 5.400,00	01	R\$ 5.400,00
Assessor Especial Superior II	DAS-07	R\$ 5.000,00	01	R\$ 5.000,00
Controlador Geral		Lei Própria	01	Lei Própria
Assessor de Articulação Institucional	DAS-06	R\$ 3.850,00	1	R\$ 3.850,00
Diretor I	DAS-05	R\$ 3.550,00	15	R\$ 53.250,00
Diretor II	DAS-04	R\$ 3.050,00	19	R\$ 57.950,00
Coordenador I	DAS-02	R\$ 2.800,00	31	R\$ 86.800,00
Supervisor I	DAS-01	R\$ 2.350,00	3	R\$ 7.050,00
Assessor Técnico Superior I	DAS-03	R\$ 2.950,00	22	R\$ 64.900,00
Chefe de Divisão I	CAS-03	R\$ 2.600,00	16	R\$ 41.600,00

Assessor Técnico Operacional I	CAS-02	R\$ 1.400,00	23	R\$ 32.200,00
Assessor Técnico Operacional II	CAS-01	R\$ 1.150,00	06	R\$ 6.900,00
TOTAL GERAL			150	R\$ 364.900,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins, aos 27 dias do mês de janeiro de 2.021.


HENO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI Nº. 005, DE 25 DE
FEVEREIRO DE 2021.**

Somente o desenvolvimento da gestão administrativa é que nos permite avaliar a eficiência dos serviços públicos, assim como delinear seu aperfeiçoamento, que ocorre por vários fatores, dentre eles a redivisão das competências e funções.

MATERIA URGENTE: REQUISICÃO DE SESSÃO EXTRAORDINARIA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Submetemos à apreciação o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre a reestruturação dos órgãos da Administração Pública do Município de Formoso do Araguaia e da outras providências.

A substituição ao PL n. 04 se faz necessário, em decorrência de adequações jurídicas quanto à necessidade de Lei específica para tratar da fixação do subsídio dos Secretários Municipais, que no caso, será encaminhado o Projeto de Lei no momento oportuno, assim, este novo projeto visa atender situação de **extrema urgência e excepcional interesse público da administração municipal**, conforme a seguir:

I. A reestruturação se faz necessária tendo em vista que o atual quadro das unidades revela-se insuficiente para executar, de forma otimizada, todos os serviços públicos, quando se sabe, por força do art. 37, caput, da Constituição Federal, que a Administração deve observar o princípio da eficiência. Tal iniciativa visa atender também à necessidade de adequações na estrutura administrativa da Prefeitura de Formoso do Araguaia, reajustar as defasadas remunerações dos cargos, buscando oferecer uma maior eficiência no atendimento das demandas de nossa população e uma valorização profissional dos servidores públicos, em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública.

Nesse sentido, a nova estrutura organizacional que se pretende estabelecer se fundamenta no aperfeiçoamento das ações da Prefeitura de Formoso do Araguaia, com vistas a garantir a supremacia do interesse público, de tal forma a proporcionar a descentralização e a desconcentração da administração, bem como da prestação dos serviços públicos, colocando-os mais próximos do cidadão e garantindo-lhes maior efetividade.

Visando sempre priorizar a transparência administrativa, o novo modelo permite a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos



programas municipais, sem perder de vista a responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas.

Vale enfatizar, que o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo aliado ao novo modelo que se propõe, certamente levarão à modernização da nossa cidade, com sustentabilidade, por meio da fusão, divisão, readequação e criação de novas Pastas da Administração.

2. Desse modo, o Projeto altera, redefine, acresce ou, por vezes, até mesmo suprime atribuições e órgãos existentes.

3. Propõe-se, ainda, a extinção da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas, e para o cumprimento dos princípios constitucionais atinentes a Administração Pública, em especial o da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, unifica a estrutura à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, absorvendo grande parte das atribuições.

4. A nova estrutura, por sua vez, não comprometerá os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que, não obstante a criação de novos cargos, o gasto com pessoal encontra-se dentro dos limites fiscais.

5. O disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao exercício de 2021 será coberto com recursos previstos para essa finalidade na Lei Orçamentaria Anual - LOA (Lei nº 006/2020). Os cargos a serem criados respeitam os limites da referida Lei. Quanto à autorização de abertura de créditos adicionais de natureza especial, para as adequações devidas, o Projeto de Lei indica, na sua parte final, os recursos correspondentes, atendendo, assim, as exigências legais.

6. Tecnicamente o Projeto de Lei atende os requisitos legais, pois observada a iniciativa privativa do Poder Executivo para dispor sobre questões administrativas, criação e extinção de órgãos e cargos, bem como atende as exigências fiscal e orçamentaria.

7. Assim, para que seja possível o alcance de todos os objetivos delineados, com a consequente satisfação do bem comum, é que se justifica a alteração do ordenamento jurídico vigente.

8. Importante ressaltar, que ao elaborar o modelo administrativo que se pretende aprovar, foi dada a devida importância à situação Orçamentaria do Município de Formoso do Araguaia, que impõe um rigoroso controle das finanças públicas, estabelecendo estruturas dinâmicas e eficientes, evitando o superdimensionamento da máquina administrativa, prejuízo aos servidores públicos municipais e qualquer afronta ao interesse público.

Face ao exposto Senhor Presidente e Senhores Vereadores, submetemos à elevada apreciação dessa Edilidade, o presente Projeto de Lei, Confiante na



compreensão e comprometimento público dos Nobres Vereadores na sua aprovação do projeto de lei em comento, convertendo-o em Lei, ao tempo em que manifestamos nossas expressões de admiração e respeito.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins,
aos 25 dias do mês de fevereiro de 2021.



HENO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

À sua Senhoria, o Excelentíssimo

VER. FELIPE SOUSA OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Formoso do Araguaia – TO.

